



CONSTRUIR CIDADES SUSTENTÁVEIS UMA OPORTUNIDADE PARA UMA REVOLUÇÃO QUALITATIVA DAS CIDADES

Lidiane Aparecida Alves¹

Adriano Reis de Paula e Silva²

Geisiane Rodrigues dos Santos³

RESUMO

As cidades já são o ambiente fundamental da vida humana. Ademais a urbanização é irreversível, complexa e coloca vários desafios e também oportunidades para que as cidades sejam sustentáveis. Nessa conjuntura, são feitos alguns apontamentos para a análise da situação. Os objetivos que norteiam o artigo são de modo geral: apresentar uma discussão teórica acerca da necessidade de cidades sustentáveis considerando o contexto de uma sociedade mundial essencialmente urbana. E de maneira específica: apresentar o contexto da urbanização mundial e reforçar que o quadro pode viabilizar a sustentabilidade urbana; e destacar a relevância das políticas públicas para o alcance de cidades sustentáveis. Para o alcance dos objetivos a metodologia baseou-se essencialmente em levantamento bibliográfico, abrangendo as escalas internacional e nacional, acerca de questões inerentes às temáticas. Conclui-se que o alcance da sustentabilidade urbana é possível e depende da vontade individual e coletivo, tem grande influencia das iniciativas públicas e privadas, assim como deve apresentar particularidades, no tempo e espaço segundo as características dos lugares.

PALAVRAS-CHAVE: Cidades sustentáveis. Urbanização. Políticas Públicas.

BUILDING SUSTAINABLE CITIES AN OPPORTUNITY FOR A REVOLUTION QUALITATIVE CITIES

¹ Doutoranda pelo IG/UFU instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia. lidianeaa@yahoo.com.br.

² Mestre pelo IG/UFU instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, Professor da Universidade do Estado de Minas Gerais - Campus Frutal. eng_adrianoreis@hotmail.com

³ Professora da Universidade do Estado de Minas Gerais - Campus Frutal.geisiane@uemg.br



ABSTRACT

Cities are already the fundamental environment of human life. Moreover the urbanization is irreversible, complex and poses several challenges and also opportunities for cities to be sustainable. In this conjuncture, it is made some notes for the analysis of the situation. The objectives that guide the article are generally: to present a theoretical discussion about the need to sustainable cities considering the context of an essentially urban world society. And so specifies: to present the context of global urbanization and strengthen the framework can facilitate urban sustainability; and highlight the importance of public policies for achieving sustainable cities. To achieve the goals the methodology was based primarily on literature review, covering the national and international scales, about inherent thematic issues. It was concluded that the scope of urban sustainability is possible and depends on the individual and collective will, has great influence of public and private initiatives, and must present peculiarities in time and space according to the characteristics of the places.

KEYWORDS: Sustainable Cities. Urbanization. Public Policy.

CONSTRUCCIÓN DE CIUDADES SOSTENIBLES UNA OPORTUNIDAD PARA UNA REVOLUCIÓN CUALITATIVA CIUDADES

RESUMEN

Ciudades que ya son el entorno fundamental de la vida humana. Además la urbanización es irreversible, complejo y plantea varios retos y también oportunidades para las ciudades sean sostenibles. En esta coyuntura, se hizo algunas notas para el análisis de la situación. Los objetivos que guían el artículo son en general: presentar una discusión teórica sobre la necesidad de Ciudades sostenibles teniendo en cuenta el contexto de una sociedad mundial esencialmente urbana. Y así se especifica: presentar el contexto de la urbanización global y fortalecer el marco puede facilitar la sostenibilidad urbana; y poner de relieve la importancia de las políticas públicas para lograr ciudades sostenibles. Para lograr los objetivos de la metodología se basó principalmente en la revisión de la literatura, que cubren las escalas nacionales e internacionales, sobre cuestiones temáticas inherentes. Se concluyó que el ámbito de la sostenibilidad urbana es posible y depende de la voluntad individual y colectiva, tiene una gran influencia de las iniciativas públicas y privadas, y debe presentar peculiaridades en el tiempo y en el espacio en función de las características de los lugares.

PALABRAS CLAVE: Ciudades Sostenibles. Urbanización. Política Pública.

INTRODUÇÃO

Concomitante á urbanização, independente do tamanho territorial ou demográfico das cidades ocorreram/ocorrem transformações econômicas, sociais e ambientais nas mesmas. Sendo que em seus diferentes estágios de desenvolvimento, cada cidade tem as suas próprias e específicas respostas às

prioridades políticas, assim como possuem diferentes desafios a serem superados para se chegar à sustentabilidade (NAÇÕES UNIDAS, 2013). Ainda, segundo as Nações Unidas (2013, p.63) as formas nas quais uma cidade é capaz de construir a sustentabilidade vai refletir a sua capacidade de se adaptar, dentro do contexto da sua história particular, às prioridades políticas e metas definidas por cada pilar da sustentabilidade.

Por um lado, é reconhecido que associado com o processo de urbanização têm-se níveis mais altos de alfabetização e educação, melhor saúde, maior acesso aos serviços sociais, bem como pode ocorrer oportunidades para melhorar a cultura e a participação política, igualmente, as cidades podem possibilitar ganhos de eficiência, reduzindo consumo de recursos e de energia, afinal fornecer

transporte público, bem como habitação, água, eletricidade e saneamento para uma população densamente povoada é normalmente mais barato e menos prejudicial para o ambiente do que fornecer um nível semelhante de serviços a um agregado familiar predominantemente rural. Os moradores urbanos também têm acesso a trabalho maior e mais diversificada mercados, e desfrutar de uma vida mais saudável global. (NAÇÕES UNIDAS, p.17, 2014).

Por outro lado, a rápida urbanização sem planejamento e/ou políticas públicas adequadas torna-se um desafio sustentabilidade, posto a pressão sobre os recursos, alto nível consumo de energia e de emissões, além dos problemas gerados no âmbito da saúde pública, educação, abastecimento de água, esgoto, etc. particularmente nos países menos desenvolvidos, onde a urbanização é mais rápida.

O contexto de complexidade e irreversibilidade da urbanização, assim como, de reconhecimento, cada vez mais generalizado, da necessidade de cidades sustentáveis, norteia o desenvolvimento do presente artigo, que tem como objetivo geral apresentar uma discussão teórica acerca da necessidade de cidades sustentáveis considerando o contexto de uma sociedade mundial essencialmente urbana. E como objetivos específicos: apresentar o contexto da urbanização mundial e reforçar que o quadro pode viabilizar a sustentabilidade urbana; e destacar a relevância das políticas públicas para o alcance de cidades sustentáveis.

Para atingir os objetivos propostos, inicialmente realizou-se um levantamento bibliográfico, abrangendo as escalas internacional e nacional, acerca de questões inerentes às temáticas. Utilizou-se de bases de dados de trabalhos acadêmicos (teses, dissertações, artigos), além de documentos, dados e estudos oficiais elaborados por órgãos e institutos de pesquisa públicos internacionais e nacionais.

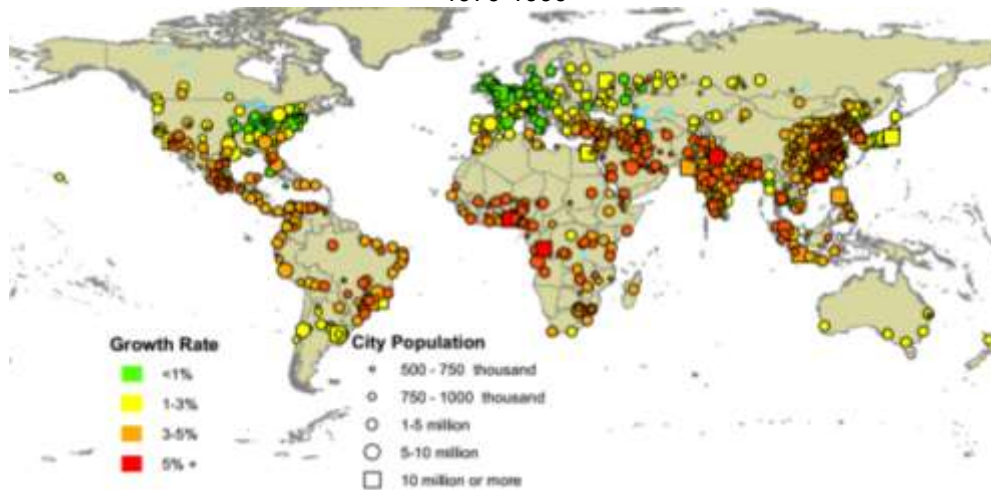
Sociedade Urbana uma possibilidade para as Cidades Sustentáveis

Indubitavelmente uma das marcas do século XX foi a urbanização da sociedade, estima-se que a população urbana de 732 milhões em 1950 passou a 3,2 bilhões em 2005, portanto, mais que quadruplicando desde 1950. Tal tendência permanece e conforme apontam as estimativas das Nações Unidas, com uma taxa de crescimento anual duas vezes maior do que o projetado para a população total (1,8% contra quase 1%) até 2030 mais 4,9 bilhões de pessoas deverá viver em cidades, o que representará 60% da população mundial, enquanto que para o ano de 2050, serão mais 2.5 bilhões e esse percentual será próximo a 70%.

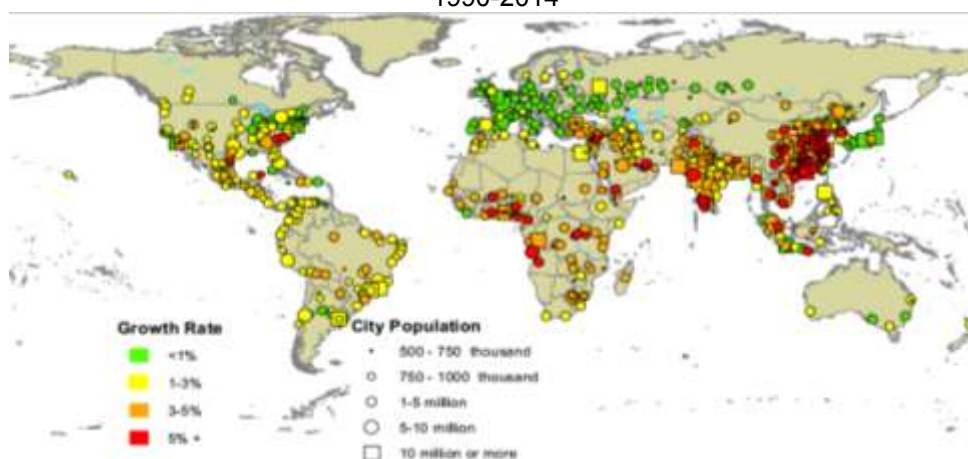
Há que se destacar que o grau e o ritmo de urbanização são bastante variados entre as diferentes regiões do mundo. Na figura 1, pode-se observar que as regiões menos urbanizadas, nomeadamente África e Ásia, serão as que mais rapidamente urbanizarão nos próximos anos, afinal, em geral, o ritmo de urbanização tende a abrandar na medida em que o grau de urbanização aumenta.

Na América Latina e Caribe, onde a atual taxa de urbanização é de quase 80%, verifica-se que esta tem diminuído e tende a permanecer a reduzir nos próximos anos, especialmente nos locais em que o grau de urbanização é mais alto.

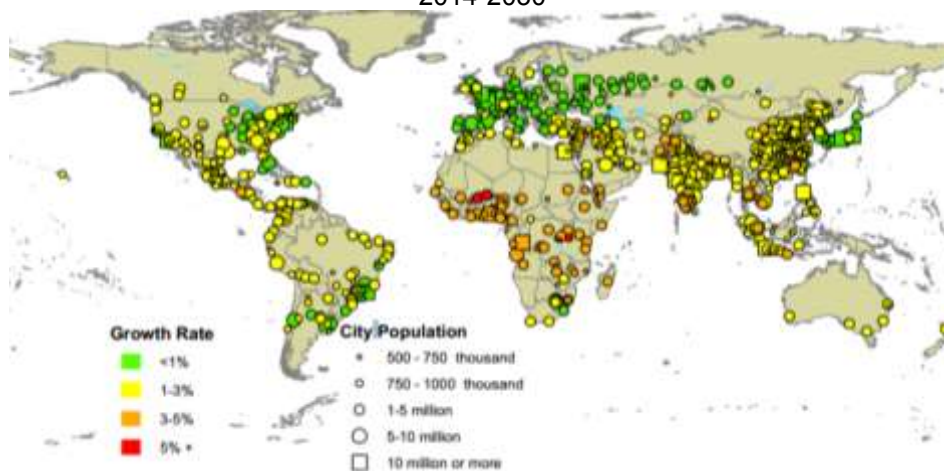
Figura 1: Taxa de crescimento das aglomerações urbanas (1990-2030).
1970-1990



1990-2014



2014-2030

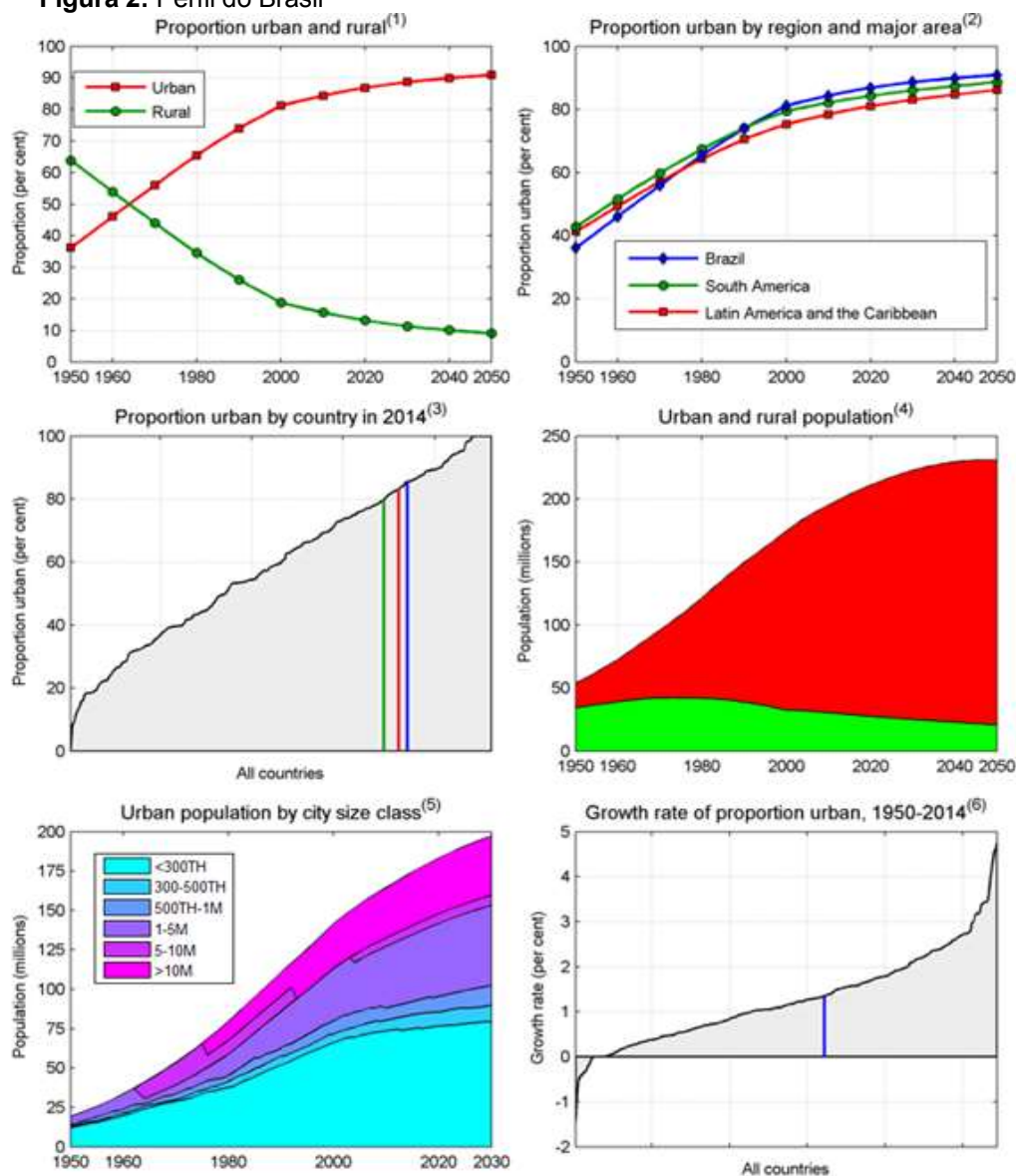


Nota: The boundaries and names shown and the designations used on this map do not imply official endorsement or acceptance by the United Nations.

Fonte: Nações Unidas, 2014.



No Brasil a partir da segunda metade do século XX, de forma tardia, se comparado aos países desenvolvidos, o processo de urbanização acelerou-se, cujas taxas passaram de 31% em 1940, para 56% em 1970, portanto com a população urbana, sendo superada pela rural, figura 2. Chegando ao final do século XX como um país urbano. Em 2000 a população urbana ultrapassou 2/3 da população total e atingiu a marca de 138 milhões de pessoas residindo em cidades. Em 2010, a população urbana era 160.925.792 de pessoas, enquanto a total era de 190.755.799 habitantes (IBGE, 2010) atingindo uma taxa de urbanização de 85%. Conforme a figura 2, a taxa de urbanização brasileira é superior a de sua região (América do Sul, América Latina e Caribe). O Brasil também está entre os países mais urbanizados do mundo. Portanto, efetivamente, tem início no país um novo processo imbuído de transformações sociais e espaciais, com desdobramentos complexos, polêmicos.

Figura 2: Perfil do Brasil


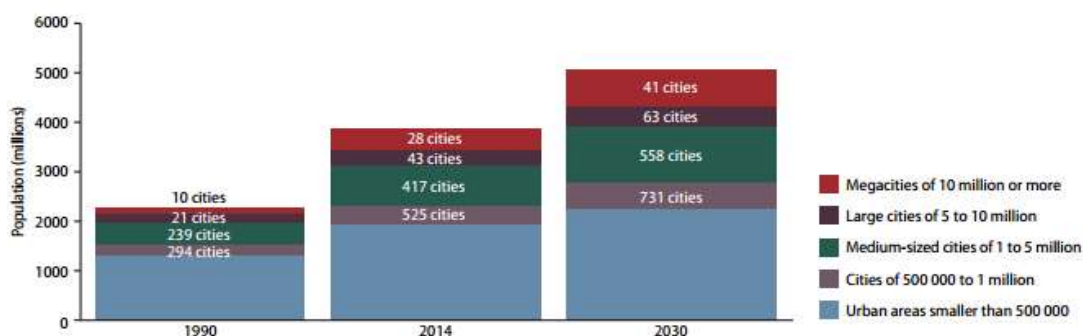
Notas

(1) As proporções de população urbana e rural do país ou da área em percentagem corrente da população total, 1950 e 2050. (2) As proporções de população urbana atual no país em comparação com a grande área e região na qual este país está localizado. A proporção é expressa em percentagem da população entre 1950 e 2050. (3) Proporção da população urbana do país atual (linha azul), a área principal (linha vermelha) e região (linha verde), em comparação com as proporções urbanas classificados de todos os países do mundo (zona cinzenta). A figura ilustra, qual o nível de urbanização um país tem em relação ao seu principal área e região, bem como em relação a todos os outros países do mundo. (4) População Urbana e rural no país atual. (5) A população urbana atual do país por classe de dimensão das suas aglomerações urbanas em 2014. A área em azul claro é uma categoria residual, que inclui todas as cidades e aglomerações urbanas com uma população de menos de 300.000 habitantes. As classes de grandeza correspondem à seguinte legenda: (6) taxa de crescimento médio anual da população urbana do país atual entre 1950 e 2014 (linha azul), em comparação com as taxas médias de crescimento anual da população urbana de todos os países do mundo (zona cinzenta). A figura ilustra que as taxas de crescimento urbano entre 1950 e 2014 foram positivas na grande maioria dos países do mundo. Apenas alguns países tiveram taxas de crescimento urbanas negativas - o que indica que sua proporção urbana estava em declínio entre 1950 e 2014. Devido a limitações de espaço nomes oficiais país teve que ser abreviada nas legendas das figuras.

Fonte: Nações Unidas, 2014.

Neste contexto, torna-se comum a formação e crescimento das cidades de todos os tamanhos, figura 3. Sendo que merece atenção especial as cidades com mais de 1 milhão de habitantes e das megacidades - cidades com mais de 10 milhões de habitantes, que têm ritmos de crescimento mais intensos que outrora, em contextos em que não há o acompanhamento do provimento de recursos infraestruturais e o suprimento das demandas, o que, por vezes, implica em crises, que se manifestam sob diversas facetas, com complexidade e dimensões, relativamente, proporcionais à dimensão destas cidades. Segundo as Nações Unidas em 1990 eram 10 megacidades, que concentravam 153 milhões de pessoas (7% da população urbana global) já em 2014 o número de megacidades quase triplicou chegando 28, concentrando 453 milhões, (12% dos moradores urbanos), podendo chegar a 41 megacidades em 2030, figura 3. Em 2030, no contexto da América Latina, além de Buenos Aires, Cidade do México, Rio de Janeiro e São Paulo, projeta-se que Bogotá (Colômbia) e Lima (Peru) também atingirão mais de 10 milhões de habitantes.

Figura 3: O crescimento da população urbana global é impulsionado pelo crescimento das cidades de todos os tamanhos



Fonte: Nações Unidas, 2014.

Apesar de concentrar cerca de 10 % da população urbana global é previsto um ritmo de crescimento semelhante para as cidades de 1 a 5 milhões de habitantes, que 363 milhões em 2014 para 509 milhões em 2030. Sendo que tais aglomerações urbanas, juntamente com as 500 mil a 1 milhão de habitantes, estão entre as que, em

2014, apresentaram crescimento mais rápido (16; 26 das 43 cidades de crescimento mais rápido, respectivamente).

Nesse cenário de intensa urbanização, as cidades ganham proeminência na busca pela sustentabilidade, onde há, portanto oportunidades e desafios, considerando tanto as ações para melhoria da qualidade de vida da população local quanto para sustentabilidade global, afinal como destaca as Nações Unidas (2014) a urbanização está completamente ligada aos três pilares do desenvolvimento sustentável: desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e proteção ambiental, sendo que a consecução da sustentabilidade urbana engloba o equilíbrio destes três pilares e a governação eficaz, cuja integração dos quatro pilares:

pode gerar sinergias, por exemplo, entre gestão de resíduos e reciclagem (gestão ambiental) e acesso à água e saneamento (desenvolvimento social); entre a conservação da qualidade do ar e transporte público verde; e entre produção e distribuição de fontes de energia renováveis, verde energia de acesso e adaptação e mitigação das alterações climáticas, bem como entre a meta de redução das desigualdades (de governança urbana) e de assegurar um acesso adequado à moradia verde, educação e saúde (desenvolvimento social). Investimento é o catalisador trás a realização de cada um dos objetivos componentes da sustentabilidade urbana (NAÇÕES UNIDAS, 2013, p.63).

Allen (2009) destaca que para a sustentabilidade urbana é necessário considerar a relações entre as cinco dimensões: a sustentabilidade econômica, entendida como a capacidade e habilidade; a sustentabilidade social, enquanto a justiça, inclusão e cultura; sustentabilidade ecológica, que refere-se ao impacto da produção urbana e do consumo sobre a integridade e a saúde da cidade; a sustentabilidade do ambiente construído como a capacidade de intervenções para melhorar a habitabilidade dos edifícios e infraestruturas urbana e a eficiência do ambiente construído para apoiar a economia local; e por fim a sustentabilidade política enquanto os sistemas de governança que norteiam a relação e as ações no âmbito das quatro dimensões anteriores, ou seja, um mecanismo de regulação pela democratização e participação da sociedade civil local em todas as áreas de tomada de decisão.

São vários os adjetivos para as cidades que buscam pela melhoria das condições ambientais, econômicas e sociais, assim como a própria definição de cidade sustentável, que embora as definições variem há entre os especialistas um consenso que uma cidade sustentável, tal como o conceito de sustentabilidade, é aquela cidade que propõe deve satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades.

Na perspectiva da Plataforma Europeia de Cidades Sustentáveis (www.sustainablecities.eu, 2015, s/p), um centro de informações para os governos locais, organizações e indivíduos interessados,

Em uma cidade sustentável, todas as decisões tomadas são baseadas em uma avaliação sobre se as suas consequências será benéfico para o desenvolvimento sustentável dentro da cidade. Ele deve sempre se perguntar se e como uma ação específica pode beneficiar simultaneamente o desenvolvimento econômico, social e ambiental da cidade. Somente ações que são de benefício para o "triple bottom line" no nível da cidade são aceitáveis. [...] Uma cidade sustentável é caracterizada pelo pensamento holístico com as iniciativas políticas que mede através de áreas como negócios; educação; consumo; a infraestrutura; serviços públicos; transporte; ambiente e da natureza. Em uma cidade sustentável, as decisões tomadas em todos os setores são coordenados para promover os interesses de toda definidas ao nível da cidade. Em suma, as decisões representam a visão da cidade em sua totalidade.

No entanto, são várias as maneiras pelas quais uma cidade pode buscar se tornar sustentável, já que não existe uma política internacional sobre cidades sustentáveis ou mesmo normas internacionais estabelecidas. Cabe destacar que, além dos compromissos Aalborg, que podem ser considerados uma espécie de guia para o desenvolvimento da cidade sustentável, existem organizações como a United Cities and Local Governments (UCLG)⁴ estabelece orientações estratégicas universais com foco no desenvolvimento urbano sustentável. A UCLG propõe que para a sustentabilidade sejam considerados a cultura, a redução de riscos de desastres, a inclusão social e direitos humanos, o planejamento estratégico e a água e saneamento. A UCLG também identificou 13 desafios globais para estabelecer

⁴ <http://www.uclg.org/en/action/urban-sustainable-development>

idades sustentáveis, a saber: a evolução demográfica e da migração, a globalização do mercado de trabalho, pobreza e as Metas de Desenvolvimento do Milênio não atendidas, segregação, padrões espaciais e crescimento urbano, metropolização e a ascensão das regiões urbanas, mais poder político para atores locais, novos atores para o desenvolvimento de uma cidade e de prestação de serviços, redução do financiamento público para o desenvolvimento, o ambiente e as alterações climáticas, constituição de tecnologias novas e acessíveis, preparação para as incertezas e os limites de crescimento e comunicações e parceiros globais. (UCLG, 2010).

Destaca-se que no contexto europeu, o continente com maior grau de urbanização, o compromisso com o desenvolvimento sustentável remonta ao início da década de 1990, com o Tratado de Maastricht (1993), sendo que tal compromisso tem sido mantido e reforçado nos tratados reformadores, especialmente pelo Tratado de Lisboa (2007), que coloca assegurar o desenvolvimento sustentável; juntamente com a promoção da igualdade de oportunidades e da coesão social e combate à exclusão; elevação dos padrões de vida e melhoria condições de vida e de trabalho; como dos objetivos da União Europeia.

Ainda no contexto europeu, a partir do Projeto Cidades Sustentáveis, realizou-se a Primeira Conferência sobre Cidades Europeias Sustentáveis, em 1994 em Aalborg (Dinamarca). Como resultado foi elaborada a Carta de Aalborg ou Carta das Cidades Europeias para a Sustentabilidade, que representou um compromisso inicial e visionário para a sustentabilidade, já que este documento foi a base para a Segunda Conferência Europeia das Cidades Sustentáveis realizada em 1996, - assim como para as conferências posteriores Hannover (Alemanha) 2000, Aalborg +10 (Dinamarca) 2004, em Sevilha (Espanha) 2007, Dunkerque (França) 2010 e Geneve (Suíça) 2013 – e para a materialização dos objetivos do desenvolvimento sustentável, pelos planos de ação locais no contexto das cidades europeias. Dentre as propostas aplicáveis ao nível local um exemplo é “Cidades Sustentáveis 2020” no contexto de Portugal,

um documento orientador para o desenvolvimento territorial, sendo o envolvimento e compromisso de uma multiplicidade de agentes e níveis de governação diferenciados condição fundamental para que o enfoque das intervenções não se resuma apenas à dimensão física do espaço urbano, mas antes vá ao encontro de desígnios mais altos como são o desenvolvimento económico, a inclusão social, a educação, a participação e a proteção do ambiente. (MINISTÉRIO DO AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E ENERGIA, 2015, p. 5-6).

Portanto, no âmbito europeu há uma variedade de regimes e movimentos para a sustentabilidade local, como: Carta de Aalborg, Compromissos de Aalborg, Pacto de Autarcas, Prémio Capital Verde, Quadro de Referência da União Europeia para Cidades Sustentáveis, etc, cujos progressos deveriam ser monitorados por meio de indicadores de sustentabilidade. É importante ressaltar que o relatório "Cidades europeias sustentáveis" destaca que os indicadores de sustentabilidade devem abranger além das dimensões físicas, aspectos como as opções de estilos de vida sustentáveis.

Na Plataforma do Movimento Cidades Sustentáveis (<http://www.sustainablecities.eu/>, 2015) são descritos quatro princípios considerados um tipo de "DNA de Sustentabilidade" que pode ser incorporados nas estratégias de sustentabilidade, a saber: Pensamento holístico, Habilidades de sustentabilidade, Parcerias e Pesquisa, bem como algumas ferramentas importantes para promover a cidade sustentável, a saber: 1) As parcerias entre os setores para promover à sustentabilidade; 2) Soluções de TI que fornecem simultaneamente benefícios económicos, sociais e ambientais; 3) Parceria cidadão, o que contribui para um melhor custo-benefício, proporciona benefícios sociais e apoia o ambiente; 4) Planejamento e gestão do setor público holística para apoiar 3-em-1 soluções; 5) Responsabilidade social das empresas no setor privado e 6) Compras públicas sustentáveis.

Os compromissos firmados na Carta de Aalborg serviram de inspiração e foram adequados à realidade brasileira, aos quais foram agregados outros dois eixos temáticos, a saber: "Educação para a Sustentabilidade e Qualidade de Vida" e "Cultura para a Sustentabilidade", a fim de que estes embasem o Programa Cidades Sustentáveis, lançado no ano de 2011 pela parceira da Rede Nossa São Paulo, da Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis e do Instituto

Ethos. O programa tem como objetivo, “sensibilizar e mobilizar as cidades brasileiras para que se desenvolvam de forma econômica, social e ambientalmente sustentável”, e oferece: I – Ferramentas (Plataforma Cidades Sustentáveis, Indicadores gerais, exemplos e referências nacionais e internacionais de excelência); II – Compromissos (assinatura de uma Carta Compromisso e prestação de contas das ações e dos avanços considerando os indicadores básicos); III – Benefícios para as Cidades Participantes (formação de redes para troca e informações e experiências, capacitação).

Há informações de que a adesão aos ideais do programa superou as expectativas, contudo é reconhecido que “o maior desafio é fazer com que esses compromissos se tornem políticas públicas e não apenas ações voluntárias” (<http://www.sustainablecities.eu/>, 2015).

O papel das políticas públicas para construção das cidades sustentáveis

A promulgação da Constituição Federal de 1988, também conhecida como Constituição Cidadã, foi fundamental para o encaminhamento das ações e políticas públicas no Brasil. Afinal, fundamentada em princípios, como: democracia, liberdade e igualdade, nela são definidas as competências e responsabilidades de atuação de todos os entes que compõem a federação, os quais possuem autonomia político-administrativa, para a garantia dos direitos e princípios fundamentais.

Para garantir a implementação dos direitos mínimos constitucionalmente assegurados, cabe aos entes federados à elaboração e execução das políticas públicas necessárias, sendo que “[...] as políticas públicas, após desenhadas e formuladas, desdobram-se em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas”, as quais, após implementadas são “submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação” (SOUZA, 2006). Para a concretização de tais etapas, o planejamento deve contemplar as prioridades, os objetivos e o melhor caminho para alcançá-los, tendo em vista diferentes escalas temporais. Para a escala do município os principais instrumentos de planejamento, são: o Plano Diretor, o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei de Orçamento. Tais

instrumentos viabilizam a eficácia das “Políticas Públicas”, permitindo que as mesmas possuam ações intersetoriais/integradas e transversais e, ao mesmo tempo, evitando contradições.

A origem das políticas públicas no âmbito das decisões do governo, segundo Souza (2006, p.22) remonta à Guerra Fria, a partir da valorização da tecnocracia como forma de enfrentar suas consequências. A autora destaca ainda que, a racionalidade é inerente as políticas públicas, a qual foi incorporada também outros elementos como: as relações de poder e a integração entre as diferentes fases do processo decisório o que não teria necessariamente um fim ou um princípio.

Em relação à definição para o termo política pública, como esclarece Souza (2006), “não existe uma única, nem melhor, definição”, sendo que, a autora (2006, p.25) acrescenta ainda que tais definições “assumem, em geral, uma visão holística do tema, uma perspectiva de que o todo é mais importante do que a soma das partes e que indivíduos, instituições, interações, ideologia e interesses contam, mesmo que existam diferenças sobre a importância relativa destes fatores”. Dentre as definições mais usuais, destacam-se:

Easton (1965) [definiu] a política pública como um sistema, ou seja, como uma relação entre formulação, resultados e o ambiente. [...] Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz. [a autora define como] [...] o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). (SOUZA, 2006, p.24;26).

Ao considerar as definições de políticas públicas Souza (2006) destaca como seus elementos principais, os seguintes:

A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz. A política pública envolve vários atores e níveis de decisão,

embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes.

A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras. A política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados. A política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo. A política pública envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação ações governamentais voltadas ao enfrentamento das desigualdades de gênero e à garantia dos direitos e da autonomia das mulheres (SOUZA, p.36-37)

No Brasil a partir dos anos 80/90 além da ampliação do papel dos governos subnacionais na formulação e implementação de políticas públicas, tem ocorrido a inclusão de novos temas no campo de atuação dos governos estaduais e locais, dentre eles a questão da sustentabilidade urbana, que demanda uma abordagem holística para o planejamento e gestão das cidades. Nessa perspectiva, destaca-se a importância de que os prefeitos eleitos em 2012, que assumiram o compromisso em conseguir Cidades Sustentáveis, de fato empenhem em promover a participação da sociedade civil e cumprir com plano de metas para alcançar, em conformidade com os objetivos e indicadores básicos considerados.

Com foco na gestão das políticas públicas, de modo geral, são cada vez mais caros, os conceitos de transversalidade e intersectorialidade, que pressupõe uma integração das políticas públicas, não apenas as sociais, mas também sua interface com outras dimensões da cidade, como infraestrutura e ambiente e também sua articulação entre os diversos atores (JUNQUEIRA, 1998). O que demanda da transversalidade na perspectiva de uma atuação interdepartamental, ou seja, uma abordagem interdisciplinar.

Assim, no contexto de uma sociedade urbana, com vistas ao alcance da sustentabilidade as Nações Unidas (2014, p.17-18) recomendam algumas políticas públicas que têm papel estratégico, como as políticas:

1. para o provimento de infraestrutura urbana (água e saneamento, energia, transporte, informação e comunicação, etc) combinada com a preservação ambiental;



2. para o crescimento de cidades de porte intermediário, com vistas a evitar problemas de excessiva centralização das funções econômicas e administrativas;
3. para planejar e gerenciar a distribuição espacial da população, no sentido de criar estratégias de desenvolvimento rural e urbano;
4. para acompanhar os níveis e tendências da urbanização e para monitorar o progresso em torno dos objetivos de desenvolvimento sustentável em áreas urbanas e rurais.

Enfim, conforme ressalta as Nações Unidas a,

Urbanização sustentável bem sucedida requer governos competentes, sensíveis e responsáveis encarregados da gestão das cidades e expansão urbana, bem como a utilização adequada das tecnologias da informação e comunicação (TIC) para mais eficiente serviço de entrega. Há uma necessidade para a construção de capacidades institucionais e abordagens Aplicando integrado de modo a atingir a sustentabilidade urbana (NAÇÕES UNIDAS, p.18, 2014).

Além disso, não é nenhuma novidade que o alcance da sustentabilidade, nomeadamente nas cidades apresenta-se diretamente relacionada com a cultura e hábitos adotados pela população que, igualmente tem grande influencia das iniciativas públicas e privadas, tanto no sentido de incentivar/viabilizar quanto de desestimular/inibir comportamentos, sendo as políticas públicas essenciais nesse sentido.

Conclusão

Por sua intensidade e rapidez, nomeadamente nas regiões menos desenvolvidas, o processo de urbanização implica em vários desafios. No entanto, também podem ser vislumbradas oportunidades para alcançar sustentabilidade, especialmente porque as cidades têm uma vantagem competitiva sobre as zonas rurais, por exemplo, porque nelas as pessoas podem beneficiar da proximidade e economias de escala, reduzindo a demanda de energia para o transporte, do mesmo modo que a oferta de infraestrutura, serviços de saúde e educação, etc. pode se tornar mais eficaz com a demanda mais concentrada.

Para que a cidade seja sustentável são necessárias, sobretudo ações que perpassem pelos pilares da sustentabilidade, sendo igualmente importantes componentes como o uso da criatividade, o empreendedorismo, a imaginação a interatividade, os padrões de consumo, os estilo de vida etc. tendo como foco a melhoria do ambiente considerando a harmonia das atividades humanas com modelo de funcionamento da cidade.

Enfim, o alcance da sustentabilidade urbana depende da vontade individual e coletiva, assim como deve apresentar particularidades, no tempo e espaço segundo as características dos lugares.

Referências

ALLEN, A. **Sustainable cities or sustainable urbanisation?** edition of 'palette', UCL's journal of sustainable cities. 2009. Disponível em: www.ucl.ac.uk/sustainable-cities. Acesso em: 15 mai.2015.

JUNQUEIRA, L. A. P. Descentralização e intersetorialidade: a construção de um modelo de gestão municipal. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas - FGV, v. 32, n. 2, p. 11-22, mar./abr. 1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index>.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E ENERGIA, **Cidades Sustentáveis 2020**. 2015. Disponível em: <http://www.dgterritorio.pt/static/repository/2015-04/> Acesso em: 15 mar.2015.

NAÇÕES UNIDAS, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2014). **World Urbanization Prospects: The 2014 Revision, Highlights (ST/ESA/SER.A/352)**. Disponível em: <http://esa.un.org/unpd/wup/Highlights/WUP2014-Highlights.pdf>. Acesso em: 15 mar.2015.

_____. **Towards sustainable cities**. In: World Economic and Social Survey 2013. Disponível em: http://www.un.org/en/development/desa/policy/wess/wess_current/wess2013/Chapter3.pdf Acesso em: 15 mar.2015.

SUSTAINABLECITIES.EU. **Plataforma cidades europeias sustentáveis**. Disponível em: <http://www.sustainablecities.eu/>. Acesso em: 15 mai.2015.

SOUZA, C. **Políticas Públicas**: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45

UCLG. **United Cities and Local Governments**. 2015. Disponível em: <http://www.uclg.org/en/issues/social-inclusion-human-rights>. Acesso em: 15 mar.2015.

_____. Policy paper on urban strategic planning: **Local leaders preparing for the future of our cities**. Includes regional reports and case studies, 2010. Disponível em: <http://www.uclg.org/en/issues>. Acesso em: 15 mar.2015.